

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **Segurajuda – Corretores de Seguros, Lda.** [a Entidade] que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 2.391.918 euros e um total de capital próprio de 1.054.769 euros, incluindo um resultado líquido de 147.893 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, abaixo, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **Segurajuda – Corretores de Seguros, Lda.**, em 31 de dezembro de 2025, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Lisboa, 14 de abril de 2026

MRT – Roberto, Trindade, Matos & Associados, SROC, Lda.



representada pela sócia

José Manuel Almeida da Silva

ROC n.º 791 | CMVM n.º 20160422

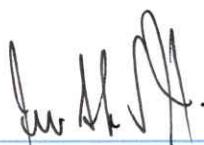
SEGUARAJUDA - CORRETORES DE SEGUROS, LDA

Contribuinte: 505063310

Balço em 31 dezembro 2025

Moeda: EURO

Rúbrica	Notas	2025	2024
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	9	1 507 900,95	1 587 869,55
Ativos intangíveis	8	256 499,30	289 999,20
Créditos e outros ativos não correntes	7	58 398,43	38 398,43
Total do ativo não corrente		1 822 798,68	1 916 267,18
Ativo corrente			
Clientes	23	42 584,59	80 557,51
Outros créditos a receber	24	505 867,19	403 350,10
Diferimentos	24	9 381,55	5 781,15
Caixa e depósitos bancários	5	11 285,97	14 303,90
Total do ativo corrente		569 119,30	503 992,66
Total do ativo		2 391 917,98	2 420 259,84
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital Subscrito	40	150 000,00	100 000,00
Outros instrumentos de capital próprio	40	100 000,00	100 000,00
Reservas legais	40	11 430,99	10 000,00
Resultados transitados	40	151 163,72	109 625,18
Excedentes de revalorização	40	495 347,23	551 290,02
Ajustamentos / Outras variações no capital próprio	40	-1 065,35	-1 065,35
Resultado líquido do período	40	147 892,67	28 619,86
Total do capital próprio		1 054 769,26	898 469,71
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Financiamentos Obtidos	11, 12	760 616,65	955 789,94
Outras dívidas a pagar		52 684,06	46 944,47
Total do passivo não corrente		813 300,71	1 002 734,41
Passivo corrente			
Fornecedores	24	6 184,28	13 461,58
Estado e outros entes públicos	25	593,50	54 879,03
Financiamentos Obtidos	11, 12	70 198,79	144 039,96
Diferimentos	24	230 688,82	4 947,36
Outros passivos correntes	24	216 182,62	301 727,79
Total do passivo corrente		523 848,01	519 055,72
Total do passivo		1 337 148,72	1 521 790,13
Total do capital próprio e do passivo		2 391 917,98	2 420 259,84



O Órgão de Gestão



O Contabilista Certificado

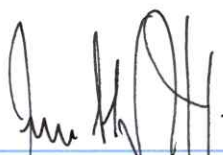
SEGURAJUDA - CORRETORES DE SEGUROS, LDA

Contribuinte: 505063310

Demonstração dos resultados por naturezas em 31 dezembro 2025

Moeda: EURO

Rúbrica	Notas	2025	2024
Vendas e serviços prestados	22	2 207 813,98	1 752 020,73
Subsídios à exploração	32	24 381,86	20 828,74
Fornecimentos e serviços externos	27	-462 489,21	-391 176,88
Gastos com o pessoal	28	-1 246 922,90	-1 084 700,30
Imparidade de dívida a receber (perdas/reversões)	14	-31 998,93	0,00
Outros rendimentos	29	7 749,94	18 596,93
Outros gastos	30	-73 849,75	-74 486,82
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		424 684,99	241 082,40
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	31	-149 770,16	-134 144,20
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		274 914,83	106 938,20
Juros e gastos similares suportados	26	-36 417,95	-32 898,31
Resultado antes de impostos		238 496,88	74 039,89
Imposto sobre o rendimento do período		-90 604,21	-45 420,03
Resultado líquido do período		147 892,67	28 619,86


O Órgão de Gestão
O Contabilista Certificado

RELATÓRIO DE GESTÃO

No cumprimento das obrigações legais, vem a gerência, através do presente relatório de gestão, dar conhecimento aos sócios e terceiros, que com a empresa têm relações, de alguns aspetos que considera mais relevantes e relacionados com a atividade desenvolvida no exercício de 2025.

1) Evolução da atividade da empresa:

No decurso do exercício em análise, a empresa centrou uma parte significativa dos seus esforços na consolidação e melhoria da sua organização interna, intervindo em diversas vertentes estruturais e operacionais. Neste contexto, destaca-se a criação do Departamento de Empresas, uma unidade dedicada e especializada na gestão de clientes e negócios de maior dimensão e complexidade, permitindo uma abordagem mais segmentada, técnica e alinhada com as exigências deste segmento de mercado.

Paralelamente, importa assinalar, ainda que sem impacto direto na atividade operacional corrente, a nomeação do nosso CEO para o cargo de Presidente da APROSE – Associação Portuguesa dos Corretores de Seguros. Esta distinção constitui um relevante reconhecimento institucional, reforçando a notoriedade e credibilidade da empresa no setor, bem como a sua proximidade aos principais centros de decisão e evolução do mercado segurador.

No plano comercial, o exercício ficou igualmente marcado por um desempenho bastante positivo. A empresa registou um crescimento relevante do seu volume de faturação, integralmente suportado por crescimento orgânico, sem recurso a aquisições ou integrações externas. Este resultado reflete não só a solidez da carteira de clientes existente, como também a eficácia da estratégia comercial adotada e a capacidade de captação de novos negócios em ambiente concorrencial exigente.

2) Perspetivas Futuras:

Para o exercício de 2026, a empresa antecipa um ano de continuidade estratégica, assente no reforço das linhas de orientação que têm vindo a sustentar o seu crescimento e consolidação.

Ao nível organizacional, está prevista a prossecução das iniciativas de melhoria interna, com especial enfoque na implementação de um novo e detalhado manual de procedimentos, que permitirá uniformizar práticas, aumentar a eficiência operacional e reforçar os mecanismos de controlo interno. Este instrumento será determinante para assegurar a escalabilidade da operação, mantendo elevados padrões de qualidade e consistência no serviço prestado.

Em paralelo, encontra-se em desenvolvimento um conjunto de ferramentas informáticas próprias, orientadas para o reforço da capacidade de análise e informação de gestão, bem como para a automação de processos operacionais. Estas iniciativas visam não só aumentar a produtividade interna, como também melhorar a capacidade de resposta ao cliente e apoiar a tomada de decisão com base em dados mais rigorosos e atempados.

No domínio comercial, a empresa manterá o seu foco no crescimento orgânico, privilegiando o aprofundamento das relações com a base de clientes existente e a captação seletiva de novos clientes, com particular atenção a segmentos de maior valor acrescentado. Esta abordagem continuará a ser suportada por uma proposta de valor diferenciadora, assente na proximidade, especialização técnica e qualidade de serviço.

3) Alienação e compra de cotas:

Em 2025 não ocorreu qualquer alteração na estrutura societária da empresa.

4) Negócios entre a sociedade e a gerência:

Refere-se que não existiram quaisquer negócios entre a sociedade e a gerência.

5) Situação perante o Estado:

A empresa tem vindo a cumprir com todos os deveres perante o Estado, primando por não ter quaisquer atrasos no pagamento dos seus impostos.

6) Fatores relevantes ocorridos após o termo do exercício:

Não ocorreram acontecimentos subsequentes que impliquem ajustamentos ou a sua divulgação nas contas do exercício.

7) Existência de sucursais:

Durante o exercício de 2025 não ocorreu qualquer alteração.

8) Proposta de aplicação de resultados:

Em relação ao Resultado Líquido do exercício de 2025, resultado no montante de € 147.892,47 (cento e quarenta e sete mil, oitocentos e noventa e dois mil euros e quarenta e sete centimos), a gerência propõe a seguinte aplicação:

Reservas legais	18.569,01€
Resultados transitados	129.323,66€

9) Agradecimentos

A gerência da empresa aproveita a oportunidade para agradecer a colaboração prestada por todos os que com ela se relacionam.

Lisboa, 14 de abril de 2026

Gerente





SEGURAJUDA

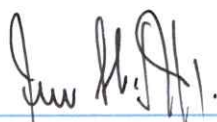
CORRETORES DE SEGUROS

RELATÓRIO E CONTAS

2025

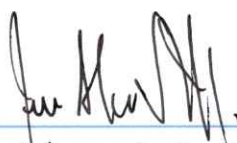
IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA	
Designação	SEGURAJUDA - CORRETORES DE SEGUROS, LDA
Morada	Rua Professor Orlando Ribeiro, 3 Loja C
Código postal	1600-796
Localidade	Lisboa

DADOS DA EMPRESA	
Número de identificação fiscal (NIF)	505063310
Classificação de actividade económica (CAE)	66220
Conservatória	Lisboa
Capital social	150 000,00


O Órgão de Gestão
O Contabilista Certificado

Demonstrações Financeiras

Balanço
Demonstrações de Resultados
Anexo às Contas



O Órgão de Gestão



O Contabilista Certificado

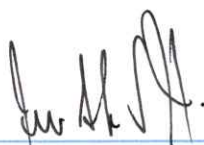
SEGUARAJUDA - CORRETORES DE SEGUROS, LDA

Contribuinte: 505063310

Balço em 31 dezembro 2025

Moeda: EURO

Rúbrica	Notas	2025	2024
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	9	1 507 900,95	1 587 869,55
Ativos intangíveis	8	256 499,30	289 999,20
Créditos e outros ativos não correntes	7	58 398,43	38 398,43
Total do ativo não corrente		1 822 798,68	1 916 267,18
Ativo corrente			
Clientes	23	42 584,59	80 557,51
Outros créditos a receber	24	505 867,19	403 350,10
Diferimentos	24	9 381,55	5 781,15
Caixa e depósitos bancários	5	11 285,97	14 303,90
Total do ativo corrente		569 119,30	503 992,66
Total do ativo		2 391 917,98	2 420 259,84
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital Subscrito	40	150 000,00	100 000,00
Outros instrumentos de capital próprio	40	100 000,00	100 000,00
Reservas legais	40	11 430,99	10 000,00
Resultados transitados	40	151 163,72	109 625,18
Excedentes de revalorização	40	495 347,23	551 290,02
Ajustamentos / Outras variações no capital próprio	40	-1 065,35	-1 065,35
Resultado líquido do período	40	147 892,67	28 619,86
Total do capital próprio		1 054 769,26	898 469,71
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Financiamentos Obtidos	11, 12	760 616,65	955 789,94
Outras dívidas a pagar		52 684,06	46 944,47
Total do passivo não corrente		813 300,71	1 002 734,41
Passivo corrente			
Fornecedores	24	6 184,28	13 461,58
Estado e outros entes públicos	25	593,50	54 879,03
Financiamentos Obtidos	11, 12	70 198,79	144 039,96
Diferimentos	24	230 688,82	4 947,36
Outros passivos correntes	24	216 182,62	301 727,79
Total do passivo corrente		523 848,01	519 055,72
Total do passivo		1 337 148,72	1 521 790,13
Total do capital próprio e do passivo		2 391 917,98	2 420 259,84



O Órgão de Gestão



O Contabilista Certificado

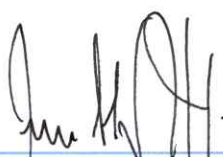
SEGURAJUDA - CORRETORES DE SEGUROS, LDA

Contribuinte: 505063310

Demonstração dos resultados por naturezas em 31 dezembro 2025

Moeda: EURO

Rúbrica	Notas	2025	2024
Vendas e serviços prestados	22	2 207 813,98	1 752 020,73
Subsídios à exploração	32	24 381,86	20 828,74
Fornecimentos e serviços externos	27	-462 489,21	-391 176,88
Gastos com o pessoal	28	-1 246 922,90	-1 084 700,30
Imparidade de dívida a receber (perdas/reversões)	14	-31 998,93	0,00
Outros rendimentos	29	7 749,94	18 596,93
Outros gastos	30	-73 849,75	-74 486,82
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		424 684,99	241 082,40
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	31	-149 770,16	-134 144,20
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		274 914,83	106 938,20
Juros e gastos similares suportados	26	-36 417,95	-32 898,31
Resultado antes de impostos		238 496,88	74 039,89
Imposto sobre o rendimento do período		-90 604,21	-45 420,03
Resultado líquido do período		147 892,67	28 619,86


O Órgão de Gestão
O Contabilista Certificado

Anexo às Contas

SEGUARAJUDA - CORRETORES DE SEGUROS, LDA

Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em euros)

1- Identificação da entidade e período de relato

1.1 Designação da entidade: SEGUARAJUDA - CORRETORES DE SEGUROS, LDA

1.2 Sede: Lisboa

1.3 Natureza da atividade: Atividades Financeiras e de Seguros.

1.4 Período das demonstrações financeiras: Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

2- Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras2.1 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística para Pequenas Empresa (NCRF-PE) aprovada pelo Decreto-Lei 158/2009 de 13 de Julho, em com as retificações da Declaração de Retificação n.º 67-B/2009 de 11 de Setembro e com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010 de 23 de Agosto e com as retificações da Portaria 220/2015 de 24 de julho.

2.2 Derrogação das disposições do SNC e efeitos nas demonstrações financeiras

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3 Comparação com o ano anterior

As demonstrações financeiras são comparáveis com o ano anterior

3- Adoção pela primeira vez das NCRF – divulgação transitória

A adoção das Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) ocorreu pela primeira vez em 2010, pelo que a data de transição do referencial contabilístico POC para este normativo é 1 de janeiro de 2009, tal como estabelecido pela NCRF 3 – Adoção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

Nos termos dessa norma, não há efeitos reportados à data de transição para as NCRF (1 de janeiro de 2009).

4- Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.


O Órgão de Gestão
O Contabilista Certificado

4.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras de SEGURAJUDA - CORRETORES DE SEGUROS, LDA são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalecentes à data da transação.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transações bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica "Gastos de financiamento", se relacionados com empréstimos ou em "Outros gastos ou perdas operacionais", para todos os outros saldos/transações.

4.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente valorizados pelo seu custo.

O custo do ativo fixo tangível além do preço de compra, inclui os direitos de importação e impostos não reembolsáveis, custos necessários para colocar o ativo na localização e condição de funcionamento, e exclui descontos comerciais e abatimentos.

É adotado o modelo do custo na mensuração subsequente à mensuração inicial, os ativos fixos tangíveis são valorizados pelo custo, menos depreciação acumulada e perdas por imparidade, exceto quanto aos imóveis revalorizados no presente exercício aos quais se aplicam o modelo de revalorização.

Os bens com vida útil limitada são depreciados em função da sua utilização, e assim que estejam concluídos ou em estado de uso. Dado que os terrenos têm vida ilimitada não são depreciados.

A quantia depreciável do ativo fixo tangível é imputada pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de bens. As taxas de depreciação utilizadas estão de acordo com a legislação aplicável.

O método de depreciação, vida útil e valor residual dos bens foram revistos e consideram-se apropriados.

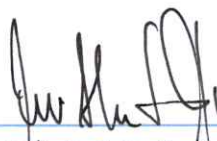
As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada e estão de acordo com a legislação em vigor, como segue:

RÚBRICAS	Vida Útil - Anos
Edifícios e outras construções	10 a 25
Equipamento básico	4 a 14
Equipamento de transporte	4 a 6
Equipamento administrativo	4 a 8
Outros ativos tangíveis	4 a 8

As despesas, com reparação e manutenção destes ativos, são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.


O Órgão de Gestão
O Contabilista Certificado

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais", consoante se trate de mais ou menos valias.

São efetuados testes de imparidade sempre que existem indicadores que possam apontar para os mesmos.

A quantia escriturada do bem é desreconhecida no momento da alienação ou quando não se espere futuros benefícios económicos do seu uso ou alienação. Sendo, o ganho ou perda decorrente incluído nos resultados.

4.3. Propriedades de investimento

A entidade não detém propriedades de investimento.

4.4. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis pela Empresa e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração dos resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas, quando a Empresa demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto do período em que são incorridas.

Os gastos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes gastos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a Empresa. Nestas situações estes gastos são capitalizados como ativos intangíveis.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado, com exceção dos direitos de gestão de instalações, os quais são amortizados de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

Nos casos de marcas e patentes, sem vida útil definida, não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objeto de testes de imparidade numa base anual.

4.5. Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em empresas associadas nas quais a Empresa tenha uma influência significativa ou onde exerce o controlo das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais - geralmente investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa, são registados pelo método da equivalência patrimonial na rubrica 'Investimentos financeiros em equivalência patrimonial'.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação da Empresa nos resultados líquidos das empresas associadas e participadas, por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas de imparidade acumuladas.


O Órgão de Gestão
O Contabilista Certificado

Qualquer excesso do custo de aquisição face ao valor dos capitais próprios na percentagem detida é considerado "Goodwill", sendo adicionado ao valor do balanço do investimento financeiro e a sua recuperação analisada anualmente como parte integrante do investimento financeiro, e caso a diferença seja negativa ("Badwill"), após reconfirmação do processo de valorização e caso este se mantenha na demonstração dos resultados.

É efetuada uma avaliação dos investimentos financeiros em empresas associadas ou participadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registada uma perda na demonstração dos resultados sempre que tal se confirme.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da empresa associada ou participadas excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da empresa associada não for positivo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos para com a empresa associada ou participada, registando nesses casos uma provisão na rubrica do passivo 'Provisões' para fazer face a essas obrigações.

Os ganhos não realizados em transações com empresas associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse da Empresa nas mesmas por contrapartida do investimento nessas entidades. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

4.6. Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 16% sobre a matéria até ao montante de 50.000,00 e 20% sobre o excedente. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5% bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

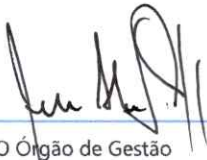
De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2021 a 2024 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

A Empresa procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos diferidos, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Refira-se que esta avaliação baseia-se no plano de negócios da Empresa, periodicamente revisto e atualizado.

4.7. Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao custo de mercado, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio habitual, ou em alternativamente o método do custo específico. É registada uma imparidade para depreciação de inventários nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de realização.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.



O Órgão de Gestão



O Contabilista Certificado

4.8. Ativos biológicos

A entidade não detém ativos biológicos.

4.9. Cientes e outros valores a receber

As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas 'Perdas de imparidade acumuladas', para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

4.10. Ativos financeiros detidos para negociação

A entidade não detém ativos financeiros detidos para negociação.

4.11. Ativos não correntes detidos para venda

De igual modo, a entidade não detém de investimentos disponíveis para venda.

4.12. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente".

4.13. Capital social

O capital social é classificado no capital próprio da empresa.

Os custos diretamente atribuíveis à constituição da empresa ou a operações de aumento de capital são reconhecidos como uma dedução, líquida de impostos, ao capital próprio, pelo valor efetivamente recebido. Outros custos diretamente imputáveis a operações de investimento ou aquisição de negócios são incluídos no custo de aquisição dos ativos ou participações correspondentes.

4.14. Provisões

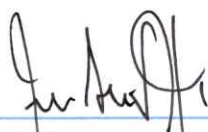
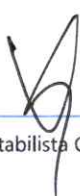
A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

4.15. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

4.16. Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.


O Órgão de Gestão
O Contabilista Certificado

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

4.17. Locações

Os contratos de locação são classificados ou como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas 4.2. e 4.3. acima, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

4.18. Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Empresa reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

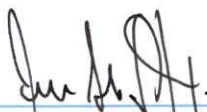
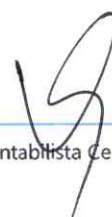
Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito de os receber.

4.19. Reconhecimento do rédito em contratos de construção

A entidade não detém situações de contratos de construção.

4.20. Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Empresa cumpre com todas as condições para o receber.


O Órgão de Gestão
O Contabilista Certificado

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de projetos de investigação e desenvolvimento estão registados em balanço na rubrica "Rendimentos a reconhecer" e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada exercício, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento de ações de formação profissional, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

4.21. Custos dos Empréstimos obtidos

Os juros de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de ativos são capitalizados como parte do custo desses ativos. Um ativo elegível para capitalização é um ativo que necessita de um período de tempo substancial para estar disponível para uso ou para venda. O montante de juros a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efetuados. A taxa de capitalização corresponde à média ponderada dos juros com empréstimos aplicável aos empréstimos em aberto no período.

A capitalização de custos com empréstimos inicia-se quando tem início o investimento, já foram incorridos juros com empréstimos e já se encontram em curso as atividades necessárias para preparar o ativo para estar disponível para uso ou para venda. A capitalização é terminada quando todas as atividades necessárias para colocar o ativo como disponível para uso ou para venda se encontram substancialmente concluídas. Outras despesas diretamente atribuíveis à aquisição e construção dos bens, como os custos com matérias consumidas e custos com pessoal são igualmente incorporadas no custo dos ativos.

5- Fluxos de caixa

5.1 - Os valores apresentados em caixa e seus equivalentes estão disponíveis para uso.

5.2 - A tabela seguinte apresenta a desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários dos anos de 2025 e 2024.

MEIOS FINANCEIROS LÍQUIDOS	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	-	-
Depósitos à ordem	11 285	14 304
Outros depósitos bancários	-	-
Outros instrumentos financeiros	-	-
Total	11 285	14 304

6- Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas e erros

6.1 – As demonstrações financeiras são comparáveis com as apresentadas no comparativo.

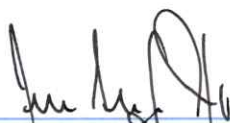
6.2 – As políticas contabilísticas são consistentes entre os vários períodos apresentados.

6.3 – Não se verificaram alterações em estimativas contabilísticas nos vários períodos apresentados.

6.4 – Não foram identificados erros materiais de períodos anteriores nas demonstrações financeiras.

7- Partes relacionadas

Encontra-se registado um passivo não corrente suprimentos, do sócio António Bernardino Pereira no valor de 235.000,00 €.


O Órgão de Gestão
O Contabilista Certificado

8- Ativos intangíveis

O método de amortização, vida útil e valor residual dos bens foram revistos e consideram-se apropriados.

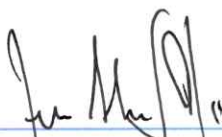
Os Ativos Intangíveis incluem as Carteiras de Clientes, adquiridas em 2022 e 2023, sem vida útil definida sendo amortizado em 10 anos conforme normativo aplicável.

Esta rubrica inclui ainda programas de computador, se encontram totalmente amortizados.

As seguintes tabelas evidenciam a movimentação nos ativos intangíveis de 2025 e 2024:

ATIVOS FIXOS INTANGÍVEIS	31 de dezembro de 2025				
	Saldo em	Aquisições	Abates		Saldo em
	01/01/2025	Amort.	Transf.	Revaloriz.	31/12/2025
Goodwill	-	-	-	-	-
Projetos de desenvolvimento	-	-	-	-	-
Programas de computador	1 845	-	-	-	1 845
Propriedade industrial	-	-	-	-	-
Outros ativos intangíveis	334 999	-	-	-	334 999
Total do ativo bruto	336 844	-	-	-	336 844
Total de amortizações acumuladas	-46 844	-33 499	-	-	-80 344
Total de perdas por imparidade	-	-	-	-	-
Total do ativo líquido	289 999	-33 499	-	-	256 499

ATIVOS FIXOS INTANGÍVEIS	31 de dezembro de 2024				
	Saldo em	Aquisições	Abates		Saldo em
	01/01/2024	Amort.	Transf.	Revaloriz.	31/12/2024
Goodwill	-	-	-	-	-
Projetos de desenvolvimento	-	-	-	-	-
Programas de computador	1 845	-	-	-	1 845
Propriedade industrial	-	-	-	-	-
Outros ativos intangíveis	-	334 999	-	-	334 999
Total do ativo bruto	1 845	-	-	-	336 844
Total de amortizações acumuladas	-1 281	-45 563	-	-	-46 844
Total de perdas por imparidade	-	-	-	-	-
Total do ativo líquido	564	-289 436	-	-	289 999



O Órgão de Gestão

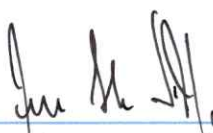


O Contabilista Certificado

9- Ativos fixos tangíveis

A seguinte tabela evidencia a movimentação nos ativos fixos tangíveis de 2025 e 2024:

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	31 de dezembro de 2025				
	Saldo em	Aquisições	Abates		Saldo em
	01/01/2025	Deprec.	Transf.	Revaloriz.	31/12/2025
Ativo bruto					
Terrenos e recursos naturais	297 427	-	-	-	297 427
Edifícios e outras construções	1 069 053	42 440	-73 614	-	1 037 879
Equipamento básico	-	-	-	-	-
Equipamento de transporte	397 236	-	-17 000	-	380 236
Equipamento administrativo	98 408	19 829	-	-	118 238
Equipamento biológico	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-
Investimentos em curso	-	-	-	-	-
Total do ativo bruto	1 862 126	62 269	-90 614	-	1 833 781
Depreciações acumuladas					
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-66 405	-33 113	30 733	-	-68 785
Equipamento básico	-	-	-	-	-
Equipamento de transporte	-124 684	-76 696	27 957	-	-173 423
Equipamento administrativo	-83 166	-6 459	5 953	-	-83 672
Equipamento biológico	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-
Total de depreciações acumuladas	-274 255	-116 268	64 643	-	-325 881
Total de perdas por imparidade	-	-	-	-	-
Total do ativo líquido	1 587 871	-96 439	16 469	-	1 507 900

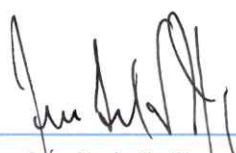


O Órgão de Gestão



O Contabilista Certificado

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	31 de dezembro de 2024				
	Saldo em 01/01/2024	Aquisições Deprec.	Abates Transf.	Revaloriz.	Saldo em 31/12/2024
Ativo bruto					
Terrenos e recursos naturais	88 149	72 428	-	136 850	297 428
Edifícios e outras construções	400 600	244 045	9 969	414 439	1 069 054
Equipamento básico	-	-	-	-	-
Equipamento de transporte	217 050	261 160	-80 973	-	397 236
Equipamento administrativo	98 409	-	-	-	98 409
Equipamento biológico	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-
Investimentos em curso	9 969	-	-9 969	-	-
Total do ativo bruto	814 177	577 633	-80 973	551 289	1 862 126
Depreciações acumuladas					
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-49 815	-16 590	-	-	-66 406
Equipamento básico	-	-	-	-	-
Equipamento de transporte	-78 146	-78 216	31 677	-	-124 685
Equipamento administrativo	-77 892	-5 275	-	-	-83 167
Equipamento biológico	-	-	-	-	-
Outros ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-
Total de depreciações acumuladas	-205 854	-100 080	31 677	-	-274 257
Total de perdas por imparidade	-	-	-	-	-
Total do ativo líquido	608 324	477 552	-49 296	551 289	1 587 870



O Órgão de Gestão



O Contabilista Certificado

10- Ativos não correntes detidos para venda e unidades descontinuadas

Não aplicável.

11- Locações

Quando aplicável os saldos pendentes de locações são os que se apresentam na tabela seguinte comparando os anos de 2025 e 2024:

LOCAÇÕES	31/12/2025		31/12/2024	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Locações financeiras	378 168	47 890	451 160	47 113

12- Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 o saldo da rubrica "financiamentos obtidos" está discriminado como se segue:

FINANCIAMENTOS OBTIDOS	31/12/2025		31/12/2024	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Empréstimos bancários	147 448	182 798	269 630	96 927
Descobertos bancários	-	-	-	-
Locações financeiras	378 168	47 890	451 160	47 113
Outros empréstimos	235 000	-	235 000	-
Total	760 616	230 688	955 790	144 040

13- Propriedades de investimento

Não aplicável.

14- Imparidade de ativos

Não aplicável.

15- Interesses em empreendimentos Conjuntos e Investimentos em Associadas

Não aplicável.

16- Concentrações de atividades empresariais

Não aplicável.

17- Investimentos em Subsidiárias e Consolidação

Os investimentos em Subsidiárias encontram-se contabilizadas ao custo.


O Órgão de Gestão
O Contabilista Certificado

18- Exploração e avaliação de recursos minerais

Não aplicável.

19- Agricultura

Não aplicável.

20- Inventários

Não aplicável.

21- Contratos de construção

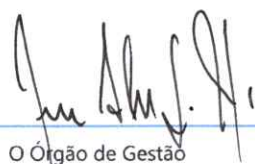
Não aplicável.

22- Rédito

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos rendimentos relativo a Vendas e Prestação de Serviços dos períodos de 2025 e 2024:

VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS por Naturezas	31/12/2025	31/12/2024
Vendas de Mercadorias		-
Vendas de Produtos Acabados		-
Prestação de Serviços	2 207 813	1 752 021
Total:	2 207 813	1 752 021

VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS por Mercados	31/12/2025	31/12/2024
Nacional	2 207 813	1 752 021
União Europeia		-
Países Terceiros		-
Total:	2 207 813	1 752 021


O Órgão de Gestão
O Contabilista Certificado

23- Clientes

O saldo correspondente à rubrica de Clientes no final do exercício 2025 e 2024 apresenta a seguinte decomposição:

CLIENTES	31/12/2025	31/12/2024
Clientes conta corrente	42 585	80 558
Clientes títulos a receber	-	-
Clientes factoring e outros	-	-
Clientes cobrança duvidosa	-	-
Clientes perda por imparidade acumuladas	-	-
Total	42 585	80 558
Adiantamentos de Clientes	593	-

24- Fornecedores e outros devedores e credores

O saldo correspondente à rubrica de Fornecedores no final do exercício 2025 e 2024 apresenta a seguinte decomposição:

FORNECEDORES	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores conta corrente	6 184	13 462
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores confirming e outros	-	-
Fornecedores faturas em receção e conferência	-	-
Fornecedores perdas por imparidade acumuladas	-	-
Total	6 184	13 462
Adiantamentos a fornecedores	-4 129	-1 331

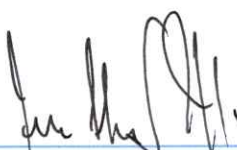

O Órgão de Gestão
O Contabilista Certificado

OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E DÍVIDAS A PAGAR	31/12/2025	31/12/2024
A RECEBER	537 866	403 350
Fornecedores - Devedores	4 129	1 331
Devedores de remunerações a pagar	-	-
Devedores de outras contas de pessoal	-	-
Devedores por adiantamentos ao pessoal	-	-
Devedores de fornecedores de investimentos	-	-
Adiantamentos de fornecedores de investimentos	-	-
Devedores por acréscimos de rendimentos	475 007	347 362
Outros devedores	58 516	54 657
Perdas por imparidades acumuladas	-	-
A PAGAR	-220 387	-348 672
Cientes - Credores	-593	-
Remunerações a pagar	-19	-
Outras contas de pessoal	-1 125	-
Fornecedores de investimentos	-	-
Credores por acréscimos de gastos	-121 874	-101 952
Disponibilidades negativas	-	-
Outros credores	-96 776	-246 720
Perdas por Imparidade	-31 998	-

25- Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 a rubrica "Estado e outros entes públicos" no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	31/12/2025	31/12/2024
Ativo	-	-
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS)	-	-
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	-	-
Segurança social	-	-
Outros impostos e taxas	-	-
Passivo	-119 271	-58 648
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC)	-96 766	-30 872
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS)	-6 373	-9 002
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	-	-
Segurança social	-16 131	-15 004
Outros impostos e taxas	-	-
Total	-119 271	-54 879



O Órgão de Gestão

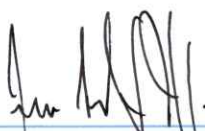


O Contabilista Certificado

26- Resultados financeiros

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos "resultados financeiros" dos períodos de 2025 e 2024:

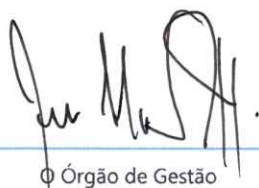
RESULTADOS FINANCEIROS	31/12/2025	31/12/2024
Juros e rendimentos similares obtidos	-	-
Juros obtidos	-	-
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
Juros e gastos similares suportados	-36 417	-32 898
Juros suportados	-36 417	-32 727
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	-	-171
Resultados financeiros	-36 417	-32 898


O Órgão de Gestão
O Contabilista Certificado

27- Fornecimentos e serviços externos

A seguinte tabela evidencia a repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos a 31 de dezembro de 2025 e 2024:

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	31/12/2025	31/12/2024
Subcontratos	-	1 107
Serviços especializados	189 167	158 476
Trabalhos especializados	30 489	24 461
Publicidade e propaganda	3 694	3 758
Vigilância e segurança	5 008	582
Honorários	104 333	86 561
Comissões	2 444	-
Conservação e reparação	32 514	29 731
Outros	10 682	13 384
Materiais	54 841	33 777
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	8 695	4 604
Livros e documentação técnica	65	176
Material de escritório	29 642	26 250
Artigos para oferta	16 437	2 748
Outros	-	-
Energia e fluidos	43 609	39 936
Eletricidade	8 572	8 523
Combustíveis	32 188	29 788
Água	2 848	1 624
Outros	-	-
Deslocações, estadas e transportes	29 860	12 690
Deslocações e estadas	29 626	12 690
Transportes de pessoal	201	-
Transportes de mercadorias	32	-
Outros	-	-
Serviços diversos	145 010	145 191
Rendas e alugueres	45 624	53 097
Comunicação	16 933	12 362
Seguros	13 372	16 172
Royalties	-	-
Contencioso e notariado	1 526	4 698
Despesas de representação	52 995	45 550
Limpeza, higiene e conforto	6 129	5 830
Outros serviços	8 428	7 482
Total	462 489	391 177



O Órgão de Gestão



O Contabilista Certificado

28- Gastos com pessoal

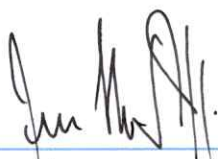
O quadro seguinte apresenta a discriminação dos valores relativo a Gastos com Pessoal dos períodos de 2025 e 2024:

GASTOS COM PESSOAL	31/12/2025	31/12/2024
Remunerações dos órgãos sociais	-79 459	-50 648
Remunerações do pessoal	-941 876	-838 241
Benefícios pós-emprego	-	-
Indemnizações	-1 012	-
Encargos sobre remunerações	-156 277	-137 380
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	-33 822	-32 421
Gastos de ação social	-12 181	-6 411
Outros gastos com o pessoal	-22 292	-19 599
Total	-1 246 992	-1 084 700

29- Outros Rendimentos e Ganhos

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos rendimentos relativo a Outros Rendimentos e Ganhos dos períodos de 2025 e 2024:

OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	31/12/2025	31/12/2024
Rendimentos suplementares	-	-
Descontos de pronto pagamento obtidos	-	-
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Ganhos em inventários	-	-
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	-	-
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	550	14 694
Outros rendimentos	7 199	3 643
Total	7 749	18 337


O Órgão de Gestão
O Contabilista Certificado

30- Outros gastos e perdas

A tabela seguinte mostra de uma forma discriminada a rubrica "outros gastos e perdas" considerados nos exercícios findos a 31 de dezembro de 2025 e 2024:

OUTROS GASTOS E PERDAS	31/12/2025	31/12/2024
Impostos	49 701	35 889
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	-
Dívidas incobráveis	-	-
Perdas em inventários	-	-
Gastos e perdas nos restantes investimentos financeiros	-	-
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	1 675	1 333
Correções relativas a períodos anteriores	2 136	8 567
Donativos	8 599	18 320
Quotizações	1 638	1 692
Ofertas e amostras de inventários	-	-
Insuficiência da estimativa para impostos	-	994
Outros gastos e perdas não especificados	10 098	7 692
Total	73 849	74 487

31- Gastos / Reversões de depreciação e amortização

O quadro seguinte apresenta a discriminação dos gastos relativo a Gastos / Reversões de depreciação e amortização dos períodos de 2025 e 2024:

GASTOS / REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	31/12/2025	31/12/2024
Propriedades de investimento		
Ativos fixos tangíveis	-116 270	-100 080
Ativos intangíveis	-33 499	-34 064
Reversões	-	-
Total	-149 770	-134 144

32- Subsídios e outros apoios das entidades públicas

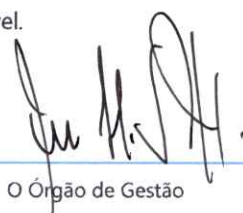
O quadro seguinte apresenta a discriminação dos rendimentos relativo a Subsídios à Exploração dos períodos de 2025 e 2024:

SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO	31/12/2025	31/12/2024
Subsídios do Estado e outros entes públicos	24 381	20 829
Subsídios de outras entidades	-	-
Total	24 381	20 829

O valor recebido dos subsídios refere-se a cinco processos de apoios à contratação de colaboradores, sendo 11.271,86 € da Medida do IEFP Compromisso ao Emprego e 13.110,00 € da Medida Contratar atribuído pelo Governo dos Açores.

33- Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Não aplicável.



O Órgão de Gestão



O Contabilista Certificado

34- Acontecimentos após a data do balanço

Não ocorreram acontecimentos relevantes após 31 de dezembro de 2025.

35- Matérias ambientais

Não aplicável.

36- Instrumentos financeiros

Não aplicável.

37- Benefícios dos empregados

Não aplicável.

38- Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

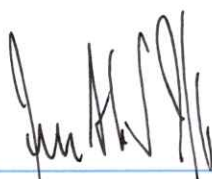
A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Não temos conhecimento de factos que possam ser contingentes.

39- Eventos subsequentes

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2025.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.


O Órgão de Gestão
O Contabilista Certificado

40- Capital Próprio

O capital social da sociedade encontra-se totalmente realizado.

O quadro seguinte apresenta a discriminação do Capital Próprio dos períodos de 2025 e 2024:

Capital Próprio	31/12/2025	31/12/2024
Capital Realizado	150 000	100 000
Ações (quotas) próprias	-	-
Outros Instrumentos de Capital Próprio	100 000	100 000
Prémios de emissão		
Reservas Legais	11 430	10 000
Outras Reservas		
Resultados Transitados	151 163	109 625
Ajustamentos em ativos financeiros	- 1 065	-1 065
Excedentes de revalorização	495 347	551 290
Outras variações no Capital Próprio		
Resultado Líquido do Período	147 892	28 619
Total	1 054 767	898 469

No ano de 2025 foi efetuada uma correção ao ano fiscal do ano de 2023 no valor de 25.000,00 € relativo a um donativo não contabilizado. Foi efetuado uma correção aos Ativos Tangíveis no valor de 31 370,10 €.

41- Informações exigidas por diplomas legais

A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de outubro, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício de 2025, a Empresa não efetuou transações com quotas próprias.

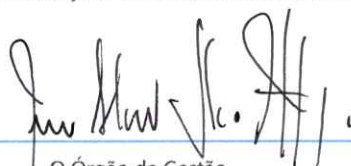
Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 2, alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

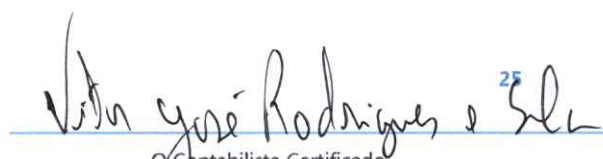
A entidade desenvolve a sua atividade a título individual, não estando por isso sujeita a quaisquer consolidações de contas.

A sociedade não levou a cabo operações comerciais de qualquer natureza, cujos valores não estejam refletidas no balanço.

A Entidade tem as suas contas obrigadas ou sujeitas a revisão legal, sendo os honorários do ROC no valor de 2 000,0€ + IVA.

As Demonstrações Financeiras foram emitidas a 31 de março de 2026.


O Órgão de Gestão


O Contabilista Certificado

mm.

Prestação do Serviço de Distribuição de Seguros ou de Resseguros

Nos termos do nº 1 do Artº 51º da NR nº 13/2020-R, de 30 de Dezembro, e sem prejuízo do regime contabilístico adotado nos termos do artigo anterior, os mediadores de seguros, de resseguros e seguros a título acessório devem incluir no anexo às demonstrações financeiras uma nota específica e separada das restantes notas, a denominar "Prestação do serviço de distribuição de seguros ou de resseguros", que deve conter, como mínimo a seguinte informação respeitante à atividade de distribuição de seguros ou de resseguros.

a) Políticas contabilísticas adotadas no reconhecimento das remunerações

Procede-se a uma contabilidade normal segundo o critério da NCRF 20. As contas são certificadas por um Revisor Oficial de Contas.

A SegurAjuda reconhece o rédito/remuneração de acordo com as normas em vigor, sendo que, em particular e por regra – embora admita exceções – no exercício da actividade de mediação de seguros, reconhece contabilisticamente o rendimento no momento da emissão das Prestações de Contas às empresas de seguros.

b) Total das remunerações recebidas desagregadas por natureza e por tipo

Por natureza	Remunerações	
	2024	2025
Numerário	1.752.020,73 €	2.205.829,87
Espécie	0,00 €	0,00 €
Total	1.752.020,73 €	2.205.829,87

Por tipo	Remunerações	
	2024	2025
Comissões	1.752.020,73 €	2.205.829,87
Honorários	0,00 €	0,00 €
Outras remunerações	0,00 €	0,00 €
Total	1.752.020,73 €	2.205.829,87

c) Total das remunerações relativas aos contratos de seguro desagregados por Ramo "Vida", Fundos de Pensões e conjunto dos ramos "Não Vida", e por origem

Remunerações (€)	Ramo Vida		Ramos Não vida		Fundos Pensões	
Por entidade (or.)	2024	2025	2024	2025	2023	2024
Empresas de Seguros	111.990,56	59.278,48	1.636.087,79	2.105.305,76	0,00	0,00
Outros mediadores	1.616,16	1.611,91	2.326,22	41.617,83	0,00	0,00
Clientes (outros)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	113.606,72	60.890,39	1.638.414,01	2.144.939,48	0,00	0,00

d) Níveis de concentração das remunerações auferidas pela carteira

Por entidade (origem)	Remunerações	
	2024	2025
Empresas de seguros	99,77 %	98,04 %
Outros mediadores	0,23 %	1,96 %
Clientes (outros)	0,00 %	0,00 %
Total	100,00 %	100,00 %

Em 2024 a SegurAjuda cumpriu o limite estabelecido pelo nº1 do Artº. 48 da NR 13/2020-R sendo que três seguradoras apresentaram uma concentração superior a 25% do total das remunerações auferidas. São as seguradoras Caravela Seguros, S.A. (1133) com 32,07%, a Generali Seguros, S.A. (1197) com 45,99% e a Fidelidade, S. A. com 28,03%.

e) Valores da Conta Clientes

Os fundos movimentados pela empresa no exercício de 2025 detalha-se como se segue:

Conta "clientes"	2024	2025
Saldo no início do exercício	13.178,09 €	1.772,58 €
Valores recebidos de clientes	1.144.573,71 €	1.382.772,02 €
Despesas Bancárias	3.776,93 €	70,27 €
Pagamento a empresas de seguros	746.372,14 €	919.158,72 €
Pagamento a Clientes (estornos e devoluções)	33.252,81 €	49.130,39 €
Transferência de remunerações	1.523.504,94 €	1.651.886,02 €
Saldo no final do exercício	1.772,58 €	5.226,62 €
Volume movimentado		
A débito	2.457.257,55 €	3.145.198,35 €
A crédito	2.445.852,04 €	3.148.652,39 €

Importa ainda informar que:

- Por opção, não movimentamos verbas destinadas a empresas de seguros que não nos outorgam poder de cobrança;
- Não liquidámos indemnizações neste exercício;
- O somatório de "valores recebidos de clientes" inclui valores cobrados em numerário e depositados em banco ("caixa de escritório");

f) Contas a receber e a pagar desagregadas por origem

Por entidade (orig)	Contas a Receber		Contas a Pagar	
	2024	2025	2024	2025
Tomadores de seguro	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Empresas de seguros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros mediadores	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Clientes (outros)	80.557,51 €	42.585,00 €	13.461,58 €	6.184,00 €
Total	80.557,51 €	42.585,00 €	13.461,58 €	6.184,00 €

g) Valores agregados incluídos nas contas a receber e a pagar

Por natureza	Contas a Receber		Contas a Pagar	
	2024	2025	2024	2025
Fundos recebidos com vista a serem transferidos para as E.S. ...	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Fundos em cobrança com cista a serem transferidos para as E.S. ...	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Fundos confiados p E.S. com vista a serem transferidos p tomadores	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Remunerações respeitantes a prémios de seguro...	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Clientes (outros)	80.557,51 €	42.585,00 €	13.461,58 €	6.184,00 €
Total	80.557,51 €	42.585,00 €	13.461,58 €	6.184,00 €

Importa esclarecer que os valores indicados foram apurados contabilisticamente, não tendo relação directa com as operações de cobrança. Em concreto, as “contas a receber” são comissões que sabemos ter a auferir no ano seguinte (não sendo de prémios cobrados por nós) e as “contas a pagar” são valores devidos a fornecedores.

h) Idade das contas a receber vencidas à data de relato

Não se aplica.

i) Garantias colaterais detidas a título de caução e outros aumentos de crédito

Temos contratada, desde 04/01/2024, junto do Bankinter, S.A., a Garantia Bancária apurada no exercício do ano transtacto, conforme registo no Portal de Operadores ASF.

Face aos valores apurados na produção do presente documento, vamos solicitar o seu incremento para 55.310,88€, ou seja, 4% do total de valores movimentados com os clientes, como preceituado na alínea b) do nº 1 do Artº. 10 da presente NR.

j) Transmissões de carteiras de seguros

No ano de 2025 não fomos recebedores de carteiras de seguros. Também não transferimos para terceiros nenhuma parte da nossa carteira.

k) Contratos cessados com empresas de seguros e indemnizações de clientela

Não se aplica.

l) Natureza de obrigações materiais, incluindo passivos contingentes

Não se aplica.

- m) Empresas de seguros cujas remunerações pagas ao corretor de seguros representem, cada uma, pelo menos 5% do total das remunerações

Empresas de Seguros		2024	2025
1133	Caravela Seguros, S.A.	27,59%	32,07%
1197	Generali Seguros, S. A.	26,89%	45,99%
1011	Fidelidade - Companhia Seguros, S. A.	20,43%	28,03%
1028	Allianz Portugal, S. A.	8,20%	12,77%
1129	Ageas Portugal - Comp Seguros, S.A.	5,10%	11,19%

- n) Valor total dos fundos recebidos pelo corretor de seguros com vista a serem transferidos para as empresas de seguros para pagamento de prémios relativamente aos quais as mesmas não lhe tenham outorgado poderes para o recebimento em seu nome

Não se aplica, pois não recebemos fundos nessas circunstâncias.

- o) Valor total dos fundos recebidos pelo mediador de resseguros com vista...

Não se aplica.

- p) Valor total dos fundos que foram confiados ao mediador de resseguros...

Não se aplica.

Lisboa, 9 de Abril de 2026



Nome: Segurajuda - Corretores de Seguros, Lda
Morada: Rua Professor Orlando Ribeiro, nº 3 Loja C
Cód. Postal: 1600-796
N.I.P.C.: 505063310
Matr.Cons.R.C.: Lisboa
Capital Social: 50.000,00 (Euros)

C.A.E.: 66220
Sob. o N.º 505063310

Página: 28

LIVRO DE ATAS

ATA N.º 39

Aos 14 dias do mês de abril de 2026, pelas treze horas e trinta minutos, reuniu na sede social a Assembleia Geral da Sociedade por quotas "SEGURAJUDA - Corretores de Seguros, Lda", pessoa coletiva n.º 505.063.310, com sede social na Rua Professor Orlando Ribeiro, n.º 3, Loja C, 1600-796 Lisboa, na freguesia do Lumiar, concelho de Lisboa, matriculada na conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o mesmo número de pessoa coletiva, com o capital social integralmente realizado de cento e cinquenta mil euros (150.000,00€), com a presença dos sócios Nuno Alexandre dos Santos Silva Martins titular de uma quota com o valor nominal de 60.000,00€ (sessenta mil euros), António Bernardino Pereira titular de uma quota com o valor nominal de 52.500,00€ (cinquenta e dois mil e quinhentos euros), Nuno Miguel Tavares de Oliveira Pacheco titular de uma quota com o valor nominal 18.750,00€ (dezoito mil e setecentos e cinquenta euros), Nuno Miguel Nunes Castelo titular de uma quota no valor nominal de 18.750,00€ (dezoito mil e setecentos e cinquenta euros), estando assim representado a totalidade do capital social investido na sociedade.-----Assumiu a presidência da Assembleia o sócio gerente Nuno Alexandre dos Santos Silva Martins que no uso da palavra fez consignar em ata que, uma vez representado a totalidade do capital social investido na sociedade e não tendo sido a assembleia precedida das formalidades prévias legalmente pedidas para a sua convocação, todos os presentes, em seu nome, manifestaram a vontade de que a Assembleia se constituísse nos termos do disposto no art.º 54º do CSC, podendo deliberar validamente sobre os assuntos da ordem de trabalhos infra identificados.-----

Ponto UM: Apreciação das contas do exercício de 2025; -----

Ponto DOIS: Proposta de aplicação de resultados;-----

Nome: Segurajuda - Corretores de Seguros, Lda
Morada: Rua Professor Orlando Ribeiro, nº 3 Loja C
Cód. Postal: 1600-796
N.I.P.C.: 505063310
Matr.Cons.R.C.: Lisboa
Capital Social: 50.000,00 (Euros)

C.A.E.: 66220
Sob. o N.º 505063310

Página: 29

LIVRO DE ATAS

Relativamente ao primeiro ponto da ordem de trabalhos, após apreciação e verificação dos documentos de prestação de contas, os sócios aprovaram, por unanimidade, as contas do exercício, que evidenciavam um resultado líquido positivo de 147 892,67 € (cento e quarenta e sete mil e oitocentos e noventa e dois euros sessenta e sete cêntimos).-----

Quanto ao segundo ponto da ordem de trabalhos, foi aprovado por unanimidade que os resultados do exercício de 2025 no valor de 147 892,67 € (cento e quarenta e sete mil e oitocentos e noventa e dois euros sessenta e sete cêntimos), sejam transferidos 18.569,01 € (dezoito mil e quinhentos e sessenta e nove euros e um cêntimo) para a conta de reservas legais e 129.323,66 € (cento e vinte e nove mil e trezentos e vinte e três euros e sessenta e seis cêntimos) para resultados transitados.-----

Nada mais havendo a tratar, foi a presente assembleia encerrada, lavrando-se de imediato a presente ata, que após ser lida foi assinada pelos sócios. -----

Lisboa, 14 de abril de 2026.-----

Os sócios:

